

# O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENQUANTO UM DISCURSO DO MITO FUNDADOR

## SUSTAINABLE DEVELOPMENT AS A DISCOURSE OF THE FOUNDING MYTH

Mário Sérgio Silva de Carvalho

**RESUMO:** O presente ensaio analisa criticamente o discurso do “desenvolvimento sustentável” na Amazônia, expondo-o como um “mito fundador” eurocêntrico que mascara a exploração de recursos naturais e povos tradicionais. É trazido para a exterioridade, problematizações com a utilização do termo, mostrando como ele encobre a mercantilização da natureza e a perpetuação de desigualdades, através da análise de diversos autores. A pesquisa questiona a eficácia das políticas públicas e a apropriação do conceito por diferentes atores, destacando a perspectiva indígena como fundamental para uma compreensão mais justa e holística do tema. E tem-se a necessidade de um debate urgente e profundo sobre o verdadeiro significado do desenvolvimento sustentável, além de uma revisão crítica das práticas atuais. A abordagem sobre o discurso do “desenvolvimento sustentável” nas Amazônias, problematizando-o como um mito fundador eurocêntrico, apesar de ter sido tratada como uma política pública, o conceito é superficial e serve mais para constar em documentos oficiais do que para gerar ações concretas. O termo está enraizado em discussões globais da ONU, com objetivos a serem alcançados até 2030. A crítica central do texto foca na exploração racional dos recursos naturais, sob o véu do discurso de desenvolvimento sustentável. Trago um resumo da mercantilização dos produtos da floresta e à exploração das populações tradicionais. O conceito é considerado uma forma de manter a dominação sobre os povos originários, que são vistos como “condenados da floresta”. As dimensões do desenvolvimento sustentável incluem aspectos sociais, econômicos, ecológicos, espaciais e culturais.  
**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Sustentável; Mito fundador; Sustentabilidade de quê e para quem ?

**ABSTRACT:** This essay critically analyzes the discourse of “sustainable development” in the Amazon, exposing it as a Eurocentric “founding myth” that masks the exploitation of natural resources and traditional peoples. It also brings to the forefront problematizations regarding the use of the term, showing how it conceals the commodification of nature and the perpetuation of inequalities, through the analysis of several authors. The research questions the effectiveness of public policies and the appropriation of the concept by different actors, highlighting the indigenous perspective as fundamental for a fairer and more holistic understanding of the topic. And there is a need for an urgent and in-depth debate on the true meaning of sustainable development, in addition to a critical review of current practices. The approach to the discourse of “sustainable development” in the Amazon, problematizing it as a Eurocentric founding myth, despite having been treated as a public policy, the concept is superficial and serves more to appear in official documents than to generate concrete actions. The term is rooted in global discussions at the UN, with goals to be achieved by 2030. The central criticism of the text focuses on the rational exploitation of natural resources, under the guise of sustainable development discourse. I present a summary of the commodifica-

tion of forest products and the exploitation of traditional populations. The concept is considered a way of maintaining domination over indigenous peoples, who are seen as “condemned of the forest”. The dimensions of sustainable development include social, economic, ecological, spatial and cultural aspects. Keywords: Sustainable Development; Founding Myth; Sustainability of what and for whom?

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O objetivo deste ensaio, visa abordar e problematizar questões relacionadas a um tema em bastante evidência hoje em dia: O discurso do “desenvolvimento sustentável” nas/das Amazônia(s)<sup>1</sup>. Portanto, trago para a exterioridade a utilização das bibliografias relacionadas ao tema que desenvolvo em parte de minha pesquisa no Doutorado em Letras: Linguagens e Identidades, na Universidade Federal do Acre e também anoro alguns bases nas bibliografias que foram discutidas e debatidas na disciplina LE 420–Teorias Linguísticas, ministrada no 2º semestre de 2022, no mesmo curso, onde teve a participação de mestrandos e doutorandos do PPGLI - UFAC.

A disciplina teve uma sistemática na ministração bastante interessante e muito bem elaborada, além de didática, pois eram passadas as leituras dos textos para serem debatidas e após a intervenção do professor na disciplina, nos era permitida, quase obrigatória a participação e a interação, o que me fez crescer muito com relação a vários temas abordados em sala de aula.

As problematizações sempre eram levantadas para o grupo pensar, refletir e problematizar quais caminhos a seguir, quem tinha interesse, poderia compartilhar seu olhar sobre os diversos assuntos trazidos na sala de aula virtual e ao final da disciplina, foi exigido como parte da avaliação, um ensaio, que é o que tento aqui trazer.

Minha pretensão é levantar questões a respeito dos vários discursos sobre o famigerado conceito eurocêntrico de “desenvolvimento sustentável” enquanto uma categoria analítica potente e subalternizante, e problematizar a partir de diferentes autores, que se aproximam e/ou se distanciam teoricamente, no tocante aos vários discursos sobre desenvolvimento sustentável, enquanto um discurso desse mito fundador.

Antes de entrar nas problematizações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, enquanto uma categoria analítica, é importante salientar que hoje esse tema é tratado pelos poderes municipal, estadual e federal, como uma política pública, para inglês ver e constar em documentos oficiais, pois falam, falam, e nada fazem de concreto, além desse conceito estar devidamente enraizada a nível mundial nas diversas discussões anuais que acontecem nas conferencias mundiais que a ONU realizada, sobre as mudanças climáticas à nível mundial. Falo isso, visto as diversas leis existentes no país e mais especificamente as leis, normativas referenciadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) que vem discutindo, propondo e impondo, aos países membros, o cumprimento dos 17 (ODS) objetivos de desenvolvimento sustentável, a serem alcançados em nível global, até 2030.

<sup>1</sup> Saliento, que a utilização do termo “nas/das Amazônias”, não tem a intenção de essencializar o local como o único a ser pensando, pois, o global também terá seu espaço nas problematizações no texto.

Diante disso, precisei contextualizar, sem grandes aprofundamentos, como essa categoria aparece no cenário local, nacional e mundial. Sobre a categoria desenvolvimento sustentável é preciso estabelecer uma relação com outro discurso bastante em evidência hoje, que são os discursos ambientalistas, enquanto atores centrais das ações e pretensas políticas públicas governamentais e não governamentais, e que de certa forma, determinaram o rumo dessa pretensão de implementação de uma política pública, que a meu ver, foram ao longo dos anos, apenas efetivando uma troca de nomes, numa semântica de adicionar um prefixo, num determinado momento, e em outro, um sufixo ou apenas o acréscimo de um adjetivo, mas sem deixar de ser, como cerne central enquanto discurso do mito fundador<sup>2</sup> na exploração racional dos recursos naturais da floresta e da biodiversidade na natureza e na adequação e convencimentos dos partícipes desse processo, desde da base até o topo da pirâmide.

Minha problematização central desse texto, estará centrada numa proposição reflexiva, no tocante à questão do discurso do mito fundador e suas influências no desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais<sup>3</sup>, aqui denominados como “condenados da floresta”<sup>4</sup>, pois entendo que os mesmos ficarão eternamente na percepção metafísica dessa proposta de (Des)Envolvimento (in)sustentável, numa incessante busca de obter uma falsa segurança do poder público e das políticas públicas para se manterem em seus territórios seguros.

Essas reflexões precisam ser abordadas, pensadas e problematizadas, para que possamos chegar a nosso intuito, de analisar como esse discurso enquanto mito fundador do Desenvolvimento Sustentável, atua (ou não) na manutenção de nossa floresta Amazônia viva, sem queimadas e sem derrubadas.

Para refletir sobre as problematizações colocadas, segundo Montibeller Filho (2004), o desenvolvimento sustentável assume o posto de um paradigma político-científico dos movimentos ambientalistas, nas dimensões: social, econômica e ecológica, e como única alternativa para a sobrevivência dos povos tradicionais em seus territórios.

É evidente que ao trazer os sinônimos para o termo desenvolvimento, como progresso, sustentabilidade, crescimento econômico, evolução, melhora de vida, etc, constitui-se um núcleo com vários conceitos que a olho nú, trazem apenas pequenos diferenciais semânticos e assim, tentam burlar as populações tradicionais, com nomes mais bonitos

---

2 Trago o conceito de mito fundador, baseando-me em Chauí (2000), como sendo o conceito que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

3 Faço uso do conceito de “povos tradicionais”, com base no Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 da Presidência da República do Brasil, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu Art. 3º, inciso I, traz a definição de povos e comunidade tradicionais, como sendo: “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Disponível no link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 10 jun. 2024.

4 Termo cunhado por SOUZA (2017), para referir-se à condição imposta aos povos da floresta (mais especificamente aos **indígenas e aos seringueiros**), na região geo-história do Acre, em processos concretos de dominação, exploração e efetiva racialização.

de serem falados e de fácil pronúncia, e que na grande maioria das vezes, as populações tradicionais, não sabem ao certo o que significam, só entendem que podem os favorecer, e por isso, aderem a esse ou àquele termo ecologicamente falado ou repetido, enquanto discurso fundador de uma política pública.

Entretanto, devemos pensar o que realmente está por trás, desse jogo de linguagem/ discurso, nada mais é do que a mercantilização dos produtos da floresta e a exploração das populações tradicionais e da biodiversidade, pois tratam a natureza como apenas um recurso, visando apenas a exploração pela exploração, o lucro capitalista sobre a natureza.

Como diz Krenak (2020), a natureza é tida como um almoxarifado ou um recurso inesgotável, onde pegamos o que precisamos, numa espécie de prateleira e não nos importamos com o dia de amanhã, como se esse recurso fosse infundável.

Para Sachs (2004), o termo desenvolvimento sustentável designa apenas uma outra forma de escrever, para explicar a mesma coisa, que o *ecodesenvolvimento*, assim diz que, “*desenvolvimento sustentável nada mais é do que o ecodesenvolvimento renomeado*”. (SACHS, 2004, p.36).

Para Souza (2008, p.20), fica claro que os dois conceitos de “*ecodesenvolvimento*” e “*desenvolvimento sustentável*”, têm distinções sim; isto é, para este autor, parece ser indiscutível o fato de que esse último conceito abrange o primeiro.

Basicamente falando, a distinção existente é porque o *ecodesenvolvimento* tem como objetivo principal “*o atendimento às necessidades básicas da população através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente*”, enquanto o *desenvolvimento sustentável*, “*ênfatiza o papel de uma política ambiental, a responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações*” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 53).

Continuando e reverberando as ideias de Krenak (2020), esse autor descreve que em sua viagem que realizou à Europa, mais especificamente a Portugal, a fim de atuar como palestrante, e que deu origem ao seu livro “*Ideias para adiar o fim do mundo*”, mostrou o seu ponto de visto sobre o assunto, afirmando que:

Estar com aquela turma me fez refletir sobre o **mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza**. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2020, p.16-17, grifos meu).

Na introdução de sua dissertação, Souza (2008), fala que o desenvolvimento sustentável, tem alguns princípios e configuram-se:

[...] na **versão verde do desenvolvimento econômico**, pela qual o meio ambiente continua sendo reduzido a bem necessário à estratégia neoliberal de **expansão global da mercantilização da natureza**, cumprindo, os organismos internacionais, através da cooperação internacional, as funções de difusores e aplicadores da aludida estratégia nos denominados países subdesenvolvidos, o que faz assim configurar o referido Programa em um dos mais importantes canais de inserção, na Amazônia Brasileira, daquela concepção de desenvolvimento que contribui, muito fortemente, para inviabilizar o intento que tanto propaga ter: **a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação da natureza, com democracia participativa** (SOUZA, 2008, p. 6, grifos meu).

Continuando, Souza (2008), traz importantes sinônimos que estão intrinsecamente relacionados ao discurso de desenvolvimento sustentável, e estão diretamente relacionados com a presente narrativa, e se referindo aos seus vários sinônimos, Souza diz que o:

[...] desenvolvimento sustentável, que não está só; ela vem acompanhada de outras tantas expressões que a ela são vinculadas na cena local, nos discursos oficiais: ‘Governo da Floresta’, ‘sustentabilidade’, ‘qualidade de vida’, ‘proteção das florestas’, ‘conservação da natureza’, ‘valorização das culturas dos povos da floresta’, ‘democracia participativa’, ‘boa governança’, ‘empoderamento’, ‘ciência e tecnologia’, ‘mercado da natureza’ e o neologismo da moda do momento: ‘florestania’..., todas nos cobrindo de um campo de significados na **direção de uma aura de magia**, satisfação e **ideia de progresso e bem-estar** que é, ao meu ver, **pouco condizente com a realidade concreta vivida no dia-a-dia da vida urbana e rural amazônicas** (SOUZA, 2008, p.11, grifos meu).

Neste sentido, o termo desenvolvimento sustentável, segundo Montibeller Filho (2004), traz as dimensões que o constituem enquanto categoria discursiva, que são:

[...] **o desenvolvimento sustentável** é constituído por, pelo menos, cinco dimensões: **a social**, que objetiva reduzir as desigualdades sociais; **a econômica**, que busca o aumento da riqueza social sem dependência externa; **a ecológica**, que objetiva melhorar a qualidade do meio ambiente e preservar as fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações; **a espacial/geográfica**, que almeja evitar o excesso de aglomerações populacionais, **e a cultural**, que busca evitar conflitos culturais com potencial regressivo (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 51, grifos meu).

Voltando com as reflexões a respeito dessas concepções, trago um outro olhar, um olhar de dentro da problemática, ou seja, um ponto de vista de um indígena sobre o tema, uma outra visão que não seja a eurocêntrica. Assim, Krenak (2020), questiona o conceito de desenvolvimento sustentável e traz à tona, reflexões sobre o que precisamos urgentemente debater hoje, e não apenas amanhã e nem depois de amanhã, e nem em um futuro próximo, e sim debater hoje, conforme segue:

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. **São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes**

— a **sub-humanidade**. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra.

Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. ‘Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra’. **Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?** (KRENAK, 2020, p. 21-22-grifos meu).

O que antes era apenas a troca de um substantivo por outro, em apenas um jogo de linguagem dentro da seara semântica, hoje é agregado ao discurso do desenvolvimento, que sempre foi usado nos planos governamentais na tentativa de elaboração de políticas públicas, como significado de progresso econômico, foi acrescido o substantivo sustentável, inter-relacionando duas palavras, que podem ser lidas como representantes da versão eurocêntrica de uma visão ocidental de desenvolvimento, progresso, manejo florestal, cuidado com a biodiversidade, respeito aos povos tradicionais e seus territórios. Na prática, apenas mais uma retórica utópica, na verdade não passa de um jogo de linguagem, discursos ao vento.

Assim, o discurso do mito fundador do desenvolvimento sustentável enquanto categoria analítica e os vários discursos ambientalistas, estão diretamente relacionados e se entrelaçam, como duas faces de uma mesma moeda. Ou seja, a categoria desenvolvimento sustentável faz uma fusão, naturalizando com os discursos ambientalistas, tornando-se agora, não mais duas faces da mesma moeda, mas sim a mesma moeda, com a faces aparentemente diferentes, mas em meus atravessamentos, as considero iguais, e se retroalimentam.

Segundo Machado (2005), o conceito de desenvolvimento sustentável, está estritamente e diretamente relacionado com a categoria Modernidade, que está por sua vez, atrelada e entrelaçada à categoria da colonialidade. Assim, as duas categorias, modernidade e colonialidade (MC), caminham juntas e inseparáveis, sendo o desenvolvimento sustentável, enquanto mecanismo para a dominação, a exploração e colonização dos sujeitos racializados<sup>5</sup> pelo poder do capital.

O pertencimento de um povo indígena a uma terra, está intrinsecamente relacionado com o convívio desse povo com a natureza, no tocante a isso, Krenak (2018), diz que:

Pertencer ao lugar é uma forma de romper com esse ciclo do oprimido que vem a ser opressor. Indígena é aquele que vem do lugar. Ser do lugar marca a diferença do não- lugar. O sujeito coletivo pertence ao lugar, é o oposto político do lugar que pertence ao indivíduo. Os Kaiowa Guarani lutam pela terra porque pertencem à terra, não porque a terra pertence a eles; a terra não pertence a

5 Racializados tem o sentido de sujeitos explorados, subalternizados, inferiores e submetidos a exploração do capital

ninguém. Para o indígena da terra, não há outro lugar, não há outra ecologia. Frente à despossessão, a espoliação e expropriação do desterro da relação ecológica com a Natureza, proteger a terra tem o sentido da existência. O lugar transcende a Natureza em sua percepção como recurso e alcança a dimensão da existência como o sagrado. O lugar espiritual é onde a terra descansa, e se o lugar é sagrado é em razão da transcendência da Natureza da percepção como recurso (KRENAK, 2018, p.2).

Ecoando, novamente as ideias de Krenak (2020), trago um questionamento feito por ele, para que possamos refletir sobre a colonização imposta aos povos indígenas, em nome do dito progresso. Conforme esse autor:

Como os povos originários do Brasil lidaram com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias esses povos utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafinando o coro dos contentes? (KRENAK, 2020, p.28).

Com a realização da conferência das Nações Unidas- ONU, sobre o meio ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, popularmente conhecida como Eco+92 ou Rio 92, foram instituídos alguns conceitos fundamentais no que se refere aos 17 objetivos para desenvolvimento sustentável mundial, a serem atingidos até o ano 2021, o que já ficou inatingível, e foi prorrogado para o ano de 2030, e assim, ao chegar no ano de 2030, será novamente postergado, para outra data, pois os pais rico não estão interessados em parar de poluir, jogando milhões e milhões de toneladas de poluentes e gases de efeito estufa na atmosfera.

Naquele momento, chega-se à definição do conceito de desenvolvimento sustentável enquanto um mito fundador, sendo essa política utilizada pelo discurso globalizado de meio ambiente, progresso, políticas florestais sustentáveis, avanços, manejo, uso, recursos naturais, plano, gestão, território.

Segundo Carneiro (2009):

A agenda 21 abrange múltiplos aspectos da questão e traz recomendações sobre as condições legais necessárias, em âmbito global e nacional, para garantir aos povos indígenas o controle sobre terras e sobre processos decisórios, bem como seus direitos intelectuais e culturais. Não aborda porém – à diferença da Convenção sobre Diversidade Biológica, comentada a seguir – a repartição de benefícios com os povos indígenas (CARNEIRO, 2009, p.320).

Abaixo, elaboro abaixo uma linha do tempo, para entendermos melhor como surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, com base em Montibeller Filho (2004), conforme segue:

Nos anos 50 – Chamados dos Ambientalismo dos Cientistas.

Nos anos 60 – Início da Revolução Ambiental, preocupação com os problemas de deterioração ambiental. A Década das ONGS.

Nos anos 70 – Ganha força, expandindo-se para Canadá, Europa, Japão, etc. Aqui surge e prolifera, atores que constituem o Movimento Ambientalista Global. A institucionalização do ambientalismo. Marcado pela Conferência de Estocolmo 1972 sobre Meio ambiente.

Nos anos 80, chega a América Latina, Europa Oriental, URSS e Ásia. Marcado pela Comissão Brundtland e proeminência dos Partidos Verdes. Em 1987, publica seu famoso relatório Brundtland sobre meio ambiente e sintetiza o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Anos 90, marcado pelo cuidado ambiental pelo produtor brasileiro e pela realização Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, Final da década de 80 e já na década de 90, surge o ambientalismo brasileiro.

Como já mencionado, o conceito de desenvolvimento sustentável nasce das discussões e reflexões da “Rio-92” e junto com ele, outro importante documento trazido pela “Rio 92”, elaborada por meio de uma grande participação de organizações não governamentais e representantes da sociedade civil, foi a Carta da Terra, que traz em seu preâmbulo importantes ressalvas sobre o meio ambiente e foi ratificada pela UNESCO e aprovada pela ONU em 2002, conforme segue:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (CARTA DA TERRA, 2002).

Nessa mesma conferência, é elaborado um documento pelos países participantes - a agenda 2021, ou apenas agenda 21, na qual foram estipulados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS, como documento balizador global, para que todos os países participantes da conferência, devam seguir para que os objetivos sejam alcançados, até o ano de 2021, o que já caducou, como já sabemos.

Segundo Carneiro (2009), tem-se como senso comum, que os “índios gozam de privilégios (e não de direitos)” e que os governantes têm um tratamento paternalistas para com eles, concedendo ou reprimindo, de acordo com a ocasião, vantagens e benefícios. O autor acrescenta ainda que “tenta se substituir à vontade dos índios, a quem não ouve ou, se ouve, não respeita” (CARNEIRO, 2009, p. 254).

Passaram-se quase vinte anos da realização da conferência das Nações Unidas-ONU, sobre o meio ambiente e desenvolvimento e da institucionalização global da agenda

21, e o que se ver hoje é o não cumprimento ou não realização das metas estipuladas na Rio-92.

Em 1992, foi apresentado ao mundo o ideal do desenvolvimento sustentável e a situação hoje no mundo não apresentou evoluções significativas referente aos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Serviu apenas para discursos no auge do ambientalismo mundial, mas não passou de assinatura de compromissos, que não foram cumpridos, pois a natureza continua sendo tratada enquanto “recurso natural”, e os seres humanos, como apenas força de trabalho e consumidores, em uma visão simplista e capitalista.

Quando falamos em meio ambiente, ambientalismo ou discursos ambientalistas, vem a tona o conceito de desenvolvimento sustentável que entendo serem inter-relacionados, e, portanto, estão submersos no mesmo lugar discursivo, nesse discurso utópico de mundo perfeito onde supõe-se o equilíbrio, entre o homem e a natureza, em sua magnitude plena, e traz conceitos a baila, conceitos como: a conservação das florestas, a preservação e cuidado da biodiversidade Amazônica, a manutenção dos territórios dos povos tradicionais com condições mínimas e dignas para a sobrevivência, e as cosmologias em perfeita harmonia com os seres (humanos e não humanos), em uma conjunção de unicidade com natureza. Nessa concepção LUCIANO, 2017, p. 298, diz que “[...] como o complexo sistema de comunicação cósmica funciona envolvendo humanos (vivos e mortos), não humanos e a natureza, nas suas dimensões material e espiritual.”

“*É por meio da linguagem que o homem se situa e é situado na sociedade, na natureza e no Mundo. A harmonia da natureza depende de uma boa comunicação entre os entes que a constituem[...]*” (LUCIANO, 2017, p. 298). Segundo Luciano (2017), “língua, sociedade e natureza estão intrinsecamente relacionadas, [...]”.

Precisamos pensar como esse respeito à natureza e a todos os povos tradicionais que dela e/ou nela vivem, não essencializando apenas para nas/das Amazônias, como falado no início, mas ao meu ver, indo muito além desse discurso nas/das Amazônias, esse respeito mencionado acima, precisa estar numa perspectiva global, e não apenas local.

Entendo cultura como uma categoria analítica latente e potente dentro do tema da culturalidade, portanto trago Kumaravadivelu (2006), para corroborar com o tema, que percebe que o termo desenvolvimento sustentável como sendo uma forma de cultura imposta de forma verticalizada, do global para o local. Sendo assim, as relaciona com questões referentes à homogeneização e à heterogeneização que ocorrem ao mesmo tempo, nas perspectivas do “global está localizado e o local está globalizado. [...] processos de dois modos, no qual as culturas em contato modelam e remodelam umas às outras direta ou indiretamente”. (KUMARAVADIVELU, 2006, p.134). Assim, “o global está em conjunção com o local, e o local é modificado para acomodar o global”. (KUMARAVADIVELU, 2006, p.134).

Kumaravadivelu (2006), traz no nesse bojo, o conceito de cultura, e faz uma fala importantíssima quanto à questão de mercantilização global e local e diz que:

Qualquer tensão entre o global e o local é vista como se pudesse ser resolvida por meio de uma simples acomodação que vai ao encontro das necessidades e faltas da cultura que recebe a influência. Por exemplo, **a mercantilização global bem-sucedida, necessariamente**, envolve o que é chamado de **micromercantilização**, na qual **os produtos são modelados para adequar a exigências religiosas, culturais e étnicas** (KUMARAVADIVELU,2006, p.134, grifos meus)

Assim, no meu entender, falar em desenvolvimento sustentável nada mais é do que representar a ideia de crescimento econômico a qualquer custo, pois esta ótica está submersa dentro dessa política capitalista, da mercantilização dos produtos florestais, da exploração dos territórios, na mineração sem limites dentro das terras dos povos tradicionais, na caça e na pesca predatória, na exploração comercial de madeiras.

Assim, tudo que tem de maléfico, vai em direção à manutenção de uma sobrevivência minimamente digna para os povos tradicionais na floresta e a manutenção dos seus saberes tradicionais e de sua biodiversidade intacta na natureza.

Assim, Krenak (2020, p. 44), diz: “E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos”.

E complementa dizendo:

O que aprendi ao longo dessas décadas é que **todos precisam despertar**, porque, se durante um tempo éramos nós, **os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas**, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. A experiência das pessoas em diferentes lugares do mundo se projeta na mercadoria, significando que ela é tudo o que está fora de nós. Essa tragédia que agora atinge a todos é adiada em alguns lugares, em algumas situações regionais nas quais a política — o poder político, a escolha política — compõe espaços de segurança temporária em que as comunidades, mesmo quando já esvaziadas do verdadeiro sentido do compartilhamento de espaços, ainda são, digamos, protegidas **por um aparato que depende cada vez mais da exaustão das florestas, dos rios, das montanhas**, nos colocando num dilema em que parece que a única possibilidade para que **comunidades humanas continuem a existir é à custa da exaustão de todas as outras partes da vida**. (KRENAK, 2020, p.45, grifos meus)

Nota-se que não se pode simplesmente achar que o termo discurso do desenvolvimento sustentável é único e essencialista, e que ele nasceu ou nascerá num estalar de dedos ou piscar de olhos. O desenvolvimento sustentável faz parte de um mesmo mecanismo, que funciona através de complexas engrenagens e tem como tripé sustentador: A sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental.

Portanto, todos esses conceitos dão origem a esse discurso do mito fundador de desenvolvimento sustentável não como essencialista único e central, que ao meu entender, se autocompletam, sendo interdependentes e auto dependentes ao mesmo tempo.

Nesse entendimento, trago o discurso ambientalista como sendo narrativas/discursos ou mesmo formações discursivas, que visam a preservação do meio ambiente, no sentido dos aspectos físicos e da natureza que interagem com o ser humano, onde o sujeito domina o objeto, em que o sentido de sujeito é trazido como a natureza externa e objeto como trabalho. E as ONGS com papel central e fundamental na criação de uma política ambiental local e global.

Trago dois pontos importantes para problematizar e refletir nesse texto, pontos estes que estão baseados em Paula (2005), onde diz: “[..]tanto na fase comandada pelo “Estado desenvolvimentista” quanto naquela que a sucedeu, caracterizada pelo predomínio político e ideológico de doutrinas defensoras do “mercado”, como esfera privilegiada de regulação[...]”. Assim Paula (2005), faz uma breve introdução a respeito da ideia de um desenvolvimento (In)sustentável, pois essas políticas direcionadas a mercantilização, reproduzem e perpetuam as bases materiais, enquanto essência desse discurso, dos mercadores da natureza.

Em 2022, quando iniciei a escrita da presente narrativa, os servidores dos órgãos de Estado que deveriam fiscalizar, multar e cuidar dessa temática, faziam ouvido do mercado propositalmente, pois apesar de terem total controle sobre toda a região, via satélite e online, diga-se de passagem, temiam represálias de seus superiores ou eram complacentes, e lançavam mão de um complexo jogo de faz de conta, e fingiam que fiscalizam, fechando os olhos e os ouvidos para não ver e nem ouvir nada, pois assim conseguem preservar os seus empregados, uma triste realidade imposta pelo Governo Federal aos servidores da Funai, ICMBio, Ibama, etc.

Nos anos de 2023 e 2024, já no terceiro mandato do governo Lula, mesmo sendo criado o Ministério dos Povos Indígenas e a respectiva nomeação de uma indígena para a pasta, além da nomeação da Ministra Marina Silva para o ministério do Meio Ambiente, o que se encontra nos órgãos mencionados, é um completo desmantelo dos órgãos de controle, fiscalização e mesmo tentando propor políticas públicas para o Meio Ambiente e para os povos tradicionais, até o presente momento, pouco foi feito, ou quase nada, apesar de toda a retórica dos discursos bonitos e estritamente técnico.

Do outro lado, os defensores dessa temática da questão ambiental, ou dos discursos ambientalistas, que há décadas travam essa luta para manterem as florestas em pé e sua biodiversidade segura frente aos constantes ataques sofridos por biopiratas de toda sorte, madeireiros, mineradores, pescadores, caçadores, ou coisa similar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Finalizo a presente narrativa e com base em meus atravessamentos, entendo que a problemática relacionada ao discurso do desenvolvimento sustentável enquanto um mito

fundador, está longe de ser resolvida, pois, os defensores da mercantilização da natureza (biodiversidade e da floresta), estão envoltos dentro dos vários conceitos relacionados e bem próximo do famigerado desenvolvimento sustentável, pois visam apenas o lucro fácil e a exploração dos produtos da natureza a todo e qualquer preço.

Associados aos mercadores da natureza, e sem leis severas nas esferas municipais, estaduais e federal, que os coíbam de forma exemplar, e com um governo federal sem políticas públicas claras e efetivas, o que chega a ser permissivo com os infratores e invasores, onde infratores são incentivados a invadir terras indígenas para toda exploração possível, pois tem-se a plena consciência que nada irá acontecer, ou seja, predomina a consciência da impunidade e que tudo pode e nada acontecerá com quem invade, explora, derruba, queima, minera em áreas de preservação, etc.

Esse desenvolvimento sustentável global, só poderá ser alcançado plenamente com o desenvolvimento sustentável local e regional. Como já exposto, os conceitos de global e local, estão interligados um ao outro, suas existências são dependentes e estão interligadas.

Assim, finalizo a presente narrativa, tenho a certeza que é um tema bastante controverso, e que outros trabalhos possam conter outros efeitos de sentidos e modos de ver o tema, pois é bastante complexo, e pretendo em minha tese alcançar reflexões críticas sobre o assunto e assim contribuir para o desenvolvimento do tema junto ao PPGLI.

## REFERÊNCIAS

- CARTA DA TERRA. Organização das nações unidas-ONU. 2002. Disponível em: [http://cartadaterrabrasil.com.br/prt/Principios\\_Carta\\_da\\_Terra.pdf](http://cartadaterrabrasil.com.br/prt/Principios_Carta_da_Terra.pdf). Acesso em 28 jul.2022.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e a sociedade autoritária**. 1ª Edição, Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *In: Revista de Educação Pública. Saberes e Identidades: povos, culturas e Educações*. Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 295-310, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4996>. Acesso em: 5 set. 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideia para adiar o fim do mundo**. 2.ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ecologia política**. *Ethnoscientia* 3, (n.2 Especial): 1-2, 2018, DOI: 10.22276/ethnoscientia.v3, i2.193.
- KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na Era da Globalização. *In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 129-148.
- MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Brasília, Tese (Universidade de Brasília), 2005.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- PAULA, Elder Andrade de. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Editora Edufac, 2005, 383p..
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora garamond, 2004.
- SOUZA, João José Veras de. **O programa de desenvolvimento sustentável do acre: uma análise à luz do discurso**

do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Florianópolis, UFSC. (Dissertação de Mestrado em Direito), 2008.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade**: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta. Manaus: UFSC, Editora Valer, 2017.